

APRESENTAÇÃO

Maria Carolina Bovério Galzerani¹

Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais se vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem com tanta clareza nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que esta pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge, assim, um nova barbárie (Walter Benjamin, 1935).

Caros leitores, convido-os a incursionarem por este número do Caderno do CEOM, dedicado especialmente à questão da Educação Patrimonial. Questão atual e, ao mesmo tempo, difícil, se considerarmos a tendência cultural hoje prevalecente de crise da memória - com seus excessos e escassez -, articulada aos fenômenos da aceleração/compressão do tempo, bem como da perda da experiência.

No fragmento textual acima apresentado, o filósofo Walter Benjamin imprime ênfase a uma noção de Patrimônio cultural - dominante na Europa no final do século XIX e início do século XX - intimamente relacionada ao avanço da modernidade capitalista. Este avanço é percebido pelo autor como "barbárie". Ou seja, segundo o autor tal prática patrimonialista - pelo menos como tendência cultural dominante - não produziu enraizamento no tempo e no espaço e, neste sentido, não possibilitou a consolidação da experiência (*Erfahrung*) - entendida com reconhecimento de si na relação com os outros, numa temporalidade mais ampla. Portanto, Walter Benjamin flagra, neste momento histórico situado entre as Grandes Guerras, uma dada concepção de patrimônio histórico que se afasta radicalmente do sentido etimológico greco-

latino da palavra “patrimônio” (pater, significando pai, ou mais amplamente, antepassados; nomos significando usos, costumes, leis-contato com as origens que fundam uma sociedade e uma ética).

A historiadora das teorias e das formas urbanas e arquitetônicas, Françoise Choay (2001), bem como o especialista em Educação Patrimonial, Dominique Borne (2002), por sua vez, enfatizam que a Revolução Francesa produziu uma noção de patrimônio histórico como sinônimo de “memória nacional”, apagadora das diferenças, das heterogeneidades e constituidora do “homem civilizado”, “cidadão do mundo”- diga-se, nas pegadas de Michel Foucault, do homem politicamente dócil e economicamente na sua atividade máxima. Sobretudo Françoise Choay destaca em sua análise o quanto o avanço da modernidade capitalista, com a produção industrial, tem enredado as práticas patrimonialistas, tornando-as mercadorias, objetos de consumo, espetáculos. Espetáculos fantasmagóricos - poderíamos afirmar, na relação coma obra benjaminiana - capazes e desestabilizar as identidades plurais, as relações sociais mais aproximadas, ocasionando o desenraizamento do tempo orgânico e do espaço sensorial.

Vivemos hoje o aprofundamento das relações capitalistas de produção, ou seja, a chamada “alta modernidade” (Anthony Giddens, 2002) - ou, ainda, segundo outros, a “hipermodernidade” (Gilles Lipovetsky, 2004), a “modernidade líquida” (Zygmunt Bauman, 2001), ou, mesmo, a “pós-modernidade” (David Harvey, 1993; Stuart Hall, 2000; Frederic Jameson, 2003, dentre tantos autores).

Pois bem, qual a contribuição do presente Caderno para a invenção de práticas de educação patrimonial na contemporaneidade? Que possibilidades nos oferecem para a criação de culturas dissonantes, questionadoras dos rumos prevaletentes nesta mesma “alta modernidade”?

São questões que nos instigam a adentrar nesta produção, viajando pelos percursos propostos, ousando, muitas vezes, nos deixar perder em seus meandros narrativos, de maneira a abandonar

as certezas já cristalizadas para vislumbrar pequenas outras saídas. Pequenas outras possibilidades de construção de conhecimentos histórico-educacionais, capazes de que fazer sentido para nós mesmos e para os outros.

Neste Caderno, número 26, acha-se registrada uma ampla, diversificada e consistente produção de sentidos, voltada para tal importante questão.

Diferentes produções, tais como artigos, tessituras discursivas articuladas a uma temática comum (sessão Painel), uma entrevista e três elaborações poéticas (sessão Expressões e Experimentos) poderão ser visitados.

Seus autores são pesquisadores da área da educação patrimonial, ligados às instituições de ensino superior, de ensino fundamental e médio - públicas ou privadas-, ou mesmo, à empresas particulares. Apresentam diferentes áreas de formação e atuação profissional (Museologia, Arqueologia, História, Educação Turismo, Sociologia), bem como situam-se em diferentes momentos de suas experiências de pesquisa, bem como em diferentes regiões do país - tais como Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Estas diferenças, aliadas à abordagem de uma temática comum, sem dúvida, proporcionam aos leitores um rico tableau de trajetos reflexivos

A despeito das diversos fundamentos teórico-metodológicos colocados em ação, podemos afirmar que o mote fundamental destas reflexões é a acepção da educação patrimonial como tessitura coletiva, fundada no esforço de diálogo com a diversidade das pessoas envolvidas. Diálogo criativo, respeitoso e sensível. Diálogo que contribuiu para o fortalecimento do direito de recriação dos patrimônios históricos a partir de questões presentes (Dominique Borne, 2002)-e não apenas o direito de preservá-los.

Adentremos, mais especificamente, a sessão ARTIGOS.

No primeiro dos artigos, intitulado "As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros", os autores André Luis Ramos Soares, Daiane Tonato Spiazzi, Fabiana

de Oliveira e Guilherme Dias, oferecem-nos a possibilidade de aproximação com os meandros históricos da organização do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em pleno Estado Novo no Brasil, bem como o contato com as rupturas culturais produzidas na década de 1980, no que se refere à educação patrimonial. Segundo os autores, “pela primeira vez um bem importante para a história e memória do povo negro foi reconhecido pelo Estado”.

A seguir, no artigo “Coisas de Goiás, Maria: desvendando novas tendências da preservação do patrimônio cultural no Brasil”, na batalha entre lembranças e esquecimentos, os autores, Clóvis Carvalho Britto e Maria José da Silva Rezende, nos propiciam o conhecimento e a valorização da experiência cultural de Maria Grampinho, figura pública da cidade de Goiás, a partir de análise de diversos discursos. Contribuem, desta forma, para o estudo das novas tendências do patrimônio cultural no Brasil, as quais têm dado lugar a novos atores, práticas e efeitos : o reconhecimento do valor do que anteriormente era marginalizado, não consagrado, no campo do patrimônio.

No artigo “Entre o passado e o presente: um encontro com a memória através dos objetos”, os autores, Fábio Vergara Cerqueira, Jezuina Kohl Schwanz, Luísa Lacerda Maciel e Mariciana Zorzi, estimulam-nos a dialogar com um instigante projeto desenvolvido pelo Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPEL, o Memoriar, Programa Regional de Educação Patrimonial na Região Sul do RS, envolvendo doze cidades da região. Mais especificamente, somos convidados a conhecer os resultados analíticos de uma prática realizada no ano de 2006, em escolas municipais de cinco cidades (Arroio Grande, Capão do Leão, Cerrito, Pedro Osório e Piratini), na qual as categorias Patrimônio Cultural, Memória e Cultura Material foram trabalhadas com os alunos. Tal atividade foi desenvolvida de forma lúdica, através de apresentação do Teatro de Fantoques, da realização de Dinâmica do Objeto e do Desenho do Patrimônio. Neste movimento de sentidos, o objetivo Prefeitura

Municipal de Chapecó e foram interpretadas através de técnica de análise do conteúdo.

Por sua vez, nos “Apontamentos sobre José Antônio do Prado Valladares: um ‘homem de museu’”, as autoras, Suely Moraes Ceravolo e Daisy Conceição dos Santos, focalizam a obra museológica deste importante personagem baiano, que atuou como cronista junto aos jornais da cidade de Salvador, BA, foi diretor do Museu do Estado entre os anos de 1935 e 1939 e publicou “Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos”. Ao longo da viagem pelas elaborações analíticas deste “homem de museu”, flagram sua preocupação com o patrimônio cultural e suas visões de Museologia.

Em “Ensinar, aprender, defender, preservar: ensino de história local e educação patrimonial” – a autora, Idelsuite de Sousa Lima, dialoga com sua dissertação de Mestrado e enfoca a temática da história local como elemento de educação patrimonial. Para tal, apóia-se em investigação realizada em escolas de Icó, uma cidade com importante registro na história do Ceará, cujo patrimônio histórico tem origem no século XVII. As conclusões do trabalho demonstram que, a partir de tal ensino, novas formas de entendimento são engendradas pelos professores e alunos; a relação local/global é ressignificada como elemento de identidade de cidadania e de produção cultural.

Mais um Programa de Educação, Divulgação e Valorização Patrimonial – vinculado ao projeto Arqueologia Preventiva na área de intervenção das Pequenas Centrais Hidroelétricas de Plano Alto e Alto Irani, SC - pode ser visitado nessa incursão analítica. Trata-se da elaboração intitulada “Educação Patrimonial nas áreas das PCHS, Plano Alto e Alto Irani, Santa Catarina”, desenvolvida pelas pesquisadoras, Elaine Arnold e Ana Lucia Herbert, articuladas à Scientia Consultoria Científica, entre os anos de 2005 e 2006. As atividades realizadas envolveram ações educativas voltadas para discentes e docentes das escolas municipais (de Educação Infantil e dos primeiros anos da Educação Básica), dos municípios de

Xavantina, Faxinal dos Guedes, Arvoredo, Xanxerê e Xaxim. Dentre os objetivos selecionados, destacam: sensibilizar o corpo docente e discente sobre a importância da preservação e valorização do patrimônio cultural; contribuir para estimular o respeito à diversidade cultural; divulgar os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas na região.

Em “Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais”, finalmente, somos brindados com um instigante artigo, que discute os processos de ensino em espaços não formais, na perspectiva dos estudos sobre a transposição didática (Chevallard) e de recontextualização (de Bernstein). Neste sentido, a autora, Helena Maria Marques Araújo, enfatiza que os museus de História são lugares produtores de saberes próprios.

Voltemo-nos, agora, à sessão PAINEL.

Nesta segunda parte do Caderno, Elisa Paim faz a abertura de um conjunto de textos relativos a um curso semestral de Educação Patrimonial, intitulado “Cidade, memória e história: os desafios da produção de conhecimentos histórico-educacionais”.

Este curso foi colocado em ação por um grupo de docentes, em sua grande maioria pesquisadores (mestrandos e doutorandos) do Grupo Memória, História e Educação da F.E./Unicamp e foi coordenado pelo próprio Elisa Paim. Foi consolidado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP.

Tal experiência teve como público alvo um grupo de diretores, orientadores educacionais e professores (com diferentes formações) da Educação Infantil e das séries iniciais de Educação Básica, da rede municipal de Educação de Campinas, ao longo o segundo semestre de 2004.

O objetivo do curso foi promover uma percepção mais profunda, ativa e plural da história da cidade de Campinas, em suas contradições e conflitos sócio-culturais, em seus fios de memórias, de histórias, em seus testemunhos materiais e imateriais – buscando propor e discutir novas alternativas de ação educacional.

Circulando pelos textos apresentados por autores como Arnaldo Pinto Junior, Fátima Faleiros Lopes e Maria Sílvia Duarte Hadler, podemos conhecer experiências de educação patrimonial voltadas para a problematização da modernidade capitalista na cidade de Campinas, priorizando a relação temporal presente/passado, via documentos escritos, iconográficos ou orais. Experiências capazes de entrecruzar memórias, histórias e vivências dos educadores participantes, micro e macro-história, racionalidade e sensibilidade. Experiências capazes de potencializar a ressignificação do próprio sentido educacional da produção da história local – “ultrapassando a sensação de estranhamento e de distanciamento em relação a um espaço do qual fazemos parte”; ou, ainda, permitindo “a recuperação, por parte dos professores, de dimensões espaciais e temporais múltiplas da cidade”.

Ao mesmo tempo, discussões relativas à escola pelo viés da história social e cultural, foram potencializadas aos educadores presentes, através da iniciativa de Aida Rotava Paim, a qual se pautou na utilização de textos teóricos, de documento fílmico e de uma proposta de Planejamento Contextualizada e Personalizada, por ela elaborada como dissertação de Mestrado. Tais discussões tiveram como preocupação básica o fortalecimento dos educadores participantes como sujeitos ativos na produção da cultura escolar.

Ainda, deparamo-nos com uma atuação educacional cujo eixo foi a problematização da questão da discriminação – sobretudo étnica – nas práticas educativas. Para tal, a autora, Marcia Regina Poli Bichara, fundamentou-se na própria experiência de pesquisa em nível de Mestrado, então em desenvolvimento, na qual focalizava sua atuação docente na disciplina História, nas últimas séries do ensino fundamental, numa escola confessional da cidade de Campinas. Na avaliação da autora: “o resultado desta oficina foi muito estimulante. Essas professoras, diretoras, orientadoras educacionais trouxeram ao grupo toda sua criatividade, sensibilidade e experiência, levando-os a comprovar que os problemas relacionados à questão da discriminação na escola têm,

sim, solução. E a solução está, exatamente, nos sujeitos que fazem parte das escolas: professores, alunos, funcionários, pais”.

Num outro movimento educativo, podemos flagrar um trabalho voltado para a discussão da violência na escola e, particularmente, na história de Campinas. A partir do levantamento das representações dos educadores acerca destas questões, a autora, Telma Maria Ximenes, dialogando com sua própria pesquisa em nível de Mestrado, discute tais representações, tendo como objetivo “introduzir os participantes em elementos da história de Campinas, tendo como referencial a violência construída social e historicamente na cidade contemporânea, a partir da modernidade, passando por questões como: processo de urbanização, migração, crescimento populacional e pobreza”.

Fechando a sessão, uma criativa experiência educacional é apresentada pelas autoras, Flavia Izabel Keske Cassemiro e Thaís Otani Cipolini, cujo mote foi a utilização de textos literários infanto-juvenis (de Ruth Rocha) ou de contos de fadas (de Charles Perrault e dos Irmãos Grimm), tendo como meta estimular os participantes à produção de conhecimentos histórico-educacionais, na acepção do historiador Edward Palmer Thompson.

Ao longo deste percurso discursivo, uma entrevista também nos é proporcionada, trazendo à tona a figura instigante da museóloga brasileira Magaly Cabral – a qual acumula, dentre outras, a função de membro do Conselho Internacional de Museus (ICOM), sendo, também, afiliada ao Comitê Internacional para a Educação e Ação Cultural. No diálogo com Alison Paim a entrevistada narra sua trajetória de dedicação à causa museológica, assumindo-a como eminentemente educacional.

Finalmente, na sessão Expressões e Experimentos, em contato com os poemas “Memória”, “XXVIII-NEMU” e “O sino de São João”, os leitores poderão deixar-se envolver e inebriarem-se pelas inspiradas palavras - voltadas para a questão da memória-, tramadas pela sensibilidade e racionalidade de suas autoras-professoras, Márcia de Souza Santi e Josette Dambrowski (Tico).

Boa leitura a todos(as)! Que esta os inspire a produzir aventuras de sensibilidades capazes de sacudirem a inércia e o desencanto que, muitas vezes, prevalecem nas práticas educativas!

Notas

¹ Docente da Faculdade de Educação/Unicamp, membro do Grupo de Pesquisa "Memória, História e Educação".